

SEFAZ-AL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS

AUDITOR ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 1 – SEFAZ/AL, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEFAZ - SC

Auditor Estadual de Finanças Públicas - Ciências Contábeis

LÍNGUA PORTUGUESA

Redação Oficial	1
Ortografia.....	22
acentuação	31
Emprego do sinal indicativo de crase.....	34
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	38
Relação do texto com seu contexto histórico	43
Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia.....	47
Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.....	48
Intertextualidade	53
Figuras de linguagem.....	57
Morfossintaxe. Coordenação e subordinação	62
Elementos estruturais e processos de formação de palavras.....	68
Pontuação	75
Pronomes	85
Concordância nominal e concordância verbal.....	88
Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais	94
Regência nominal e regência verbal	99
Conectivos.....	105
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas)...	107
Questões	117
Gabarito.....	131

SUMÁRIO



MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua. Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial. Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno	1
Estatística Descritiva: gráficos, tabelas, medidas de posição (média, moda, mediana, quartis, mínimo e máximo) e de variabilidade (variância, desvio-padrão, amplitude)...	20
Técnicas de Contagem e Análise Combinatória: Combinações Simples, Arranjos e Permutação com e sem repetição.....	27
Probabilidades: conceito, espaço amostral, axiomas e distribuições de probabilidades discretas e contínuas (Bernoulli, binomial, geométrica, uniforme, discreta, contínua, normal, Poisson, qui-quadrado, t de Student e F-Snedecor)	32
Inferência estatística; Amostragem: amostras casuais e não casuais. Processos de amostragem, incluindo estimativa pontual de parâmetros. Intervalos de confiança. Testes de hipóteses para médias e proporções. Correlação e regressão linear simples.....	39
Raciocínio Lógico: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas ..	53
Questões	92
Gabarito.....	99

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais	1
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos.....	2
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	19
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	32
Poder Executivo: atribuições do Presidente da República.....	42
Poder Legislativo: estrutura; funcionamento e atribuições; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	45
Finanças Públicas	62
Ordem econômica e financeira: Princípios gerais da atividade econômica	74

SUMÁRIO



Ordem social: Seguridade social; Mínimos constitucionais federais e estaduais; disposições gerais.....	82
Constituição do Estado de Santa Catarina.....	106
Questões	188
Gabarito.....	197

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Conceitos fundamentais de Ciência de Dados e Análise de Dados aplicados à Administração Pública, controle e finanças.....	1
Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	4
Coleta, qualidade, tratamento, análise e interpretação de dados	16
Identificação de padrões, tendências, correlações e anomalias	19
Business Intelligence e Visualização de Dados: Conceitos de Business Intelligence (BI), analytics, data mining e web scraping.....	23
Indicadores, métricas, relatórios gerenciais, dashboards e visualização de dados	29
Uso de ferramentas analíticas para extração, cruzamento, interpretação e comunicação de informações.....	33
Governo Digital e Inteligência Artificial: Governo Digital, transformação digital, serviços públicos digitais, interoperabilidade, automação e Administração Pública orientada por dados.....	37
Conceitos fundamentais de Inteligência Artificial, aprendizado de máquina, IA generativa e modelos de linguagem de grande porte (LLMs).....	40
Proteção de Dados Pessoais: Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e alterações posteriores	44
Princípios, conceitos, bases legais, direitos dos titulares, agentes de tratamento e tratamento de dados pelo Poder Público	67
Compartilhamento, segurança, boas práticas e incidentes envolvendo dados pessoais	71
Questões	75
Gabarito.....	80

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Ética no setor público: princípios, deveres e vedações institucionais.....	1
Programas de integridade e compliance na administração pública: gestão de riscos de fraude e corrupção	3
Prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e a todas as formas de discriminação (gênero, raça, orientação sexual, idade e PCD) no ambiente de trabalho e nas políticas públicas	8

SUMÁRIO



Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção)	14
Questões	20
Gabarito	26

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP) E (NBC TSP)

Estrutura Conceitual e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) vigentes	1
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) vigente:	5
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): estrutura, natureza da informação, classes, atributos, registros, controles e consolidação	10
Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)	15
Notas Explicativas	18
Reconhecimento, mensuração, registro, apresentação e evidenciação de ativos, passivos, receitas, despesas e variações patrimoniais	27
Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos	31
Lei Federal nº 4.320/1964	36
Planejamento e orçamento público: PPA, LDO e LOA	54
Princípios orçamentários	56
Receita e despesa orçamentária; classificações; estágios; créditos adicionais; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; fontes ou destinações de recurso	64
Portaria STN nº 710/2021	68
Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001	81
Execução orçamentária e financeira	83
Reforma tributária na Constituição Federal	90
Conciliação bancária	95
Análise das Demonstrações Contábeis e das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais	100
Siconfi: Matriz de Saldos Contábeis (MSC), Declaração das Contas Anuais (DCA), envio, validação e consistência das informações do RREO e RGF no Siconfi; regras de consistência e validação; consolidação das contas públicas e qualidade da informação contábil e fiscal	105
Procedimentos Contábeis Aplicados aos RPPS: ativos garantidores, provisões matemáticas previdenciárias, passivo atuarial, resultado atuarial, déficit e superávit atuarial, déficit financeiro, aportes e segregação da massa	110
Questões	115
Gabarito	121

SUMÁRIO



CONTABILIDADE GERAL

Participações societária.....	1
Investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	4
Método da equivalência patrimonial e método de custos	8
Dividendos e resultados de participações	12
Consolidação de demonstrações contábeis.....	16
Operações entre entidades	20
Redução ao valor recuperável de investimentos.....	24
Questões	28
Gabarito.....	33

RESPONSABILIDADE FISCAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 e alterações: Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais, resultados primário e nominal, programação financeira, cronograma de execução mensal de desembolso e limitação de empenho. Receita. Previsão e arrecadação. Renúncia de receita. Receita Corrente Líquida. Geração de despesas. Despesa obrigatória de caráter continuado. Despesa Total com Pessoal: apuração, limites e medidas de recondução. Transferências voluntárias. Destinação de recursos ao setor privado. Dívida e endividamento. Operações de crédito. Garantias e contragarantias. Disponibilidade de caixa e restos a pagar. Transparência da gestão fiscal. Controle e fiscalização. Relatório de Gestão Fiscal – RGF e Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO	1
Questões	30
Gabarito.....	35

TECNOLOGIA APLICADA À CONTABILIDADE

Integração com sistemas estruturantes.....	1
Requisitos dos procedimentos contábeis, de transparência da informação, tecnológicos e de segurança.....	4
Qualidade, integridade, consistência, completude e rastreabilidade das informações contábeis, orçamentárias e financeiras	7
Conciliações e controles automatizados	10
Análise e visualização de dados aplicadas à contabilidade e às finanças públicas	13
Uso de ferramentas de Business Intelligence – BI para análise de consistência contábil, conciliação e apuração de custos no setor público	16
Questões	19
Gabarito.....	25



CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

NBC TSP 34 – Custos no Setor Público. Conceitos e padrões. Objetos de custos. Centros de responsabilidade. Direcionadores de custos. Custos diretos e indiretos. Custos fixos e variáveis. Métodos de custeio. Sistema de Custos. Funções e responsabilidades. Modelo de gerenciamento de custos. Sistema de Informação de Custos. Implantação do Sistema de Custos. Integração das informações orçamentárias, patrimoniais, financeiras e de custos. Utilização da informação de custos para avaliação de serviços públicos, eficiência, planejamento e tomada de decisão.	1
QUESTÕES.....	15
GABARITO.....	20

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Poderes da Administração Pública.....	1
Responsabilidade Civil do Estado.....	4
Controle da Administração Pública.....	9
Lei Complementar nº 741/2019 (Estrutura organizacional do Estado)	13
Lei nº 6.745/1985 (Estatuto do servidor público SC).....	75
Lei nº 12.527/2011 (LAI).....	103
Lei nº 8.429/1992 (Lei improbidade administrativa)	116
Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de licitações e contratos)	131
Questões	205
Gabarito.....	212

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

História, Geografia, Cultura, Política e Economia do Estado de Santa Catarina.	1
Questões	7
Gabarito.....	12



ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL

► Redação Oficial

A redação oficial é o modo como a administração pública se comunica tanto com o público quanto com as instituições governamentais ou privadas, os órgãos e as entidades de qualquer um dos Poderes. Refere-se, portanto, à forma adotada pelo poder público para redigir atos normativos e comunicações oficiais. A linguagem empregada na elaboração desses atos e expedientes oficiais pauta-se pela norma-padrão da língua portuguesa¹.

Para atingir seus objetivos, o texto oficial deve apresentar qualidades básicas de formulação e estruturação, tais como: clareza, precisão, concisão, objetividade, uniformidade, coesão e coerência. Além do uso da norma-padrão da língua portuguesa, os expedientes oficiais precisam seguir os princípios inerentes à administração pública, entre os quais a legalidade, a formalidade e a impessoalidade.

Quando se produz um texto, a inteligibilidade é qualidade essencial a ser buscada, especialmente em relação à correspondência oficial e aos textos normativos; o bom entendimento do conteúdo é primordial para que não ocorram erros de execução das providências solicitadas ou determinadas. Para tanto, é imprescindível que os textos sejam dotados das características explicitadas a seguir.

► Atributos da Redação Oficial

A redação oficial deve caracterizar-se por:

Clareza

A clareza é a característica norteadora das demais. Em outras palavras, o objetivo principal de quem redige é tornar seu texto o mais claro possível, transferindo, com precisão, uma ideia para o papel ou para os meios virtuais. A compreensão do documento deve ser imediata. Dessa forma, evita que o receptor interprete, de maneira errônea, a informação².

Obtém-se a clareza ao:

- ordenar as ideias e as palavras;
- evitar os períodos longos e as intercalações excessivas;
- escolher adequadamente o vocabulário;
- fugir da gíria e do coloquialismo³;
- utilizar os termos técnicos somente quando forem indispensáveis;
- evitar ambiguidades⁴ e cacofonia⁵;
- pontuar adequadamente o texto;

1 COBUCCI, Suely Cobucci, P. *Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

2 COBUCCI, Suely Cobucci, P. *Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

3 Coloquialismo é a linguagem informal, espontânea e do dia a dia, usada em contextos familiares e entre amigos, que foge das regras gramaticais da norma culta, incorporando gírias, abreviações, regionalismos e construções mais soltas, sendo essencial para a comunicação autêntica, mas inadequada para situações formais como provas e e-mails profissionais.

4 Ambiguidade é a qualidade de uma frase, palavra ou situação ter mais de um sentido ou interpretação possível, gerando incerteza, confusão ou duplos sentidos, sendo um vício de linguagem que prejudica a clareza, mas que pode ser usada intencionalmente para efeitos artísticos ou humorísticos, podendo ser resolvida com melhor contexto ou reformulação da frase.

5 Cacofonia é um vício de linguagem onde a junção das sílabas finais de uma palavra com as iniciais de outra forma um som desagradável, ridículo ou com duplo sentido, sendo comum na fala e escrita e que deve ser evitada, como em “por cada” (porcada) ou “amo ela” (moela).



► Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. São elas:

▪ **Taxa efetiva:** são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização(valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

Atenção: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

▪ **Taxa nominal:** são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo:

1. (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC)

Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m(taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it= taxa ao trimestre.

$(1+im)^3 = (1+it)$ à $(1+0,07)^3 = 1+it$ à $(1,07)^3 = 1+it$ à $1,225043 = 1+it$ à $it = 1,225043-1$ à $it = 0,225043 \times 100$ à $it = 22,5043\%$

Resposta: B

Atenção: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobri-la a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Importante: toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

▪ **Taxas proporcionais (regime de juros simples):** são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.

Exemplo:

(PREF. FLORIANÓPOLIS/SC – AUDITOR FISCAL – FEPESE) A taxa de juros simples mensais de 4,25% equivalente à taxa de:



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



DADOS, INFORMAÇÃO E DECISÃO ANALÍTICA

► Natureza dos dados no contexto administrativo

Dados são representações registradas de fatos, eventos, atributos ou medições. Na Administração Pública, podem surgir de cadastros, sistemas financeiros, protocolos, registros de atendimento, documentos, sensores, formulários eletrônicos e sistemas de controle. O valor analítico não decorre apenas da existência do registro, mas da possibilidade de relacioná-lo a uma unidade de observação, a um período, a uma definição operacional e a um contexto. Um valor isolado, como uma despesa registrada, tem utilidade limitada se não estiver associado à unidade responsável, à natureza da despesa, ao momento da execução e às regras que determinam seu significado.

Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados

A forma de organização influencia o modo de armazenamento e análise. Dados estruturados seguem campos e tipos definidos, como tabelas com identificador, data, valor e categoria. Dados semiestruturados possuem organização reconhecível, mas flexível, como mensagens em formatos de intercâmbio ou registros de sistemas que carregam pares de atributos e valores. Dados não estruturados abrangem textos livres, imagens, áudios e documentos cuja informação relevante precisa ser extraída antes de comparações sistemáticas. Em ambientes públicos, as três formas podem coexistir em um mesmo processo: um protocolo pode reunir campos cadastrais, eventos técnicos em formato semiestruturado e anexos textuais.

A distinção é importante porque cada forma impõe requisitos diferentes de tratamento. Uma tabela permite agregações diretas; um texto exige representação adequada do conteúdo; um documento digitalizado pode demandar reconhecimento de caracteres; registros semiestruturados precisam ter seus campos normalizados. O desenho da análise começa, portanto, pela compreensão da estrutura real dos dados.

Da observação ao significado decisório

Informação é produzida quando dados são organizados e interpretados em relação a uma pergunta. Conhecimento operacional surge quando essa informação é conectada a regras, experiência institucional e consequências possíveis. Na gestão pública, o caminho entre dado e decisão requer ainda considerar competências, restrições orçamentárias, objetivos da política e efeitos sobre cidadãos. Uma variação de gasto, por exemplo, não indica automaticamente desperdício: pode refletir expansão legítima do serviço, mudança de preços, alteração de escopo ou falha de planejamento.

► Análise de Dados e Ciência de Dados

Análise de Dados concentra-se em transformar registros em evidências úteis por meio de organização, exploração, comparação, visualização e interpretação. Ciência de Dados possui escopo mais amplo e costuma combinar estatística, computação, modelagem, engenharia de dados e conhecimento do domínio para resolver problemas cuja resposta pode exigir modelos preditivos, automação ou integração de grandes volumes de informação.

Escopo, perguntas e entregáveis

Uma análise pode responder quanto foi gasto, como um indicador se distribui entre unidades, onde há maior atraso ou quais grupos apresentam comportamento diferente. Um projeto de Ciência de Dados pode acrescentar previsão, classificação, priorização ou detecção automática de situações incomuns. Quando uma regra simples responde à pergunta de forma auditável e suficiente, um modelo complexo pode adicionar custo sem benefício proporcional.



► Métodos de ética e transparência para a gestão pública

Mesmo havendo corrupção, existem meios para impor a transparência e a ética dentro da gestão pública, como a Lei da Transparência, criando esforços para buscar mecanismos para tornar mais eficiente a administração pública, e com isso agilizar e modernizar os controles dos gastos públicos e uma maior eficiência na transparência nos recursos públicos¹.

A administração pública tem que investir mais em sistemas que possam proporcionar melhorias no acesso às informações e ferramentas de gestão, como método eficaz de redução e controle dos gastos dos recursos públicos. Muitos órgãos públicos ainda não têm sistema de controle de informações, como agenda com consulta via sistema em rede na própria unidade de saúde, utilizando agendas manuais.

Outro ponto, esses sistemas devem permitir que os cidadãos consigam identificar e também dar opiniões, para que possam ajudar na administração pública. E também, o gestor público deve entender que todas essas ferramentas irão agilizar suas atividades diárias facilitando a transparência, dessa forma, tudo ficaria mais prático e ético.

Com o acesso à internet é possível criar métodos para que a população possa visualizar essas informações dos gastos e uso dos recursos públicos. Isso torna a gestão mais transparente e a população tem maior participação. Hoje com o aumento do acesso à internet a nova geração consegue se sobressair.

São algumas ações para obtenção de uma ética transparente:

Planejamento

Estabelecimento de metas e condições para execução orçamentária;

Previsão da arrecadação e a renúncia de receita;

Fundamentação da geração de despesa e confrontação com critérios técnicos para execução legal;

Elaboração de leis consonantes com o Plano Plurianual.

▪ **Transparência:** Apresentar à população e interessados os instrumentos de transparência, como planos, orçamentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios dos órgãos de controle externo, os relatórios de gestão fiscal e os relatórios da execução orçamentária. Tais informações devem estar disponíveis durante todo o exercício tanto pelo poder legislativo, quanto pelos órgãos técnicos responsáveis por sua elaboração.

▪ **Controle:** Controle interno e externo sendo responsabilidade principalmente do poder legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas e da população, a fim de verificar se as metas cumpridas pelo exame dos relatórios e anexos incorporados no planejamento. Fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal como cumprimento de metas, obediência aos limites para realização de operações de crédito, destinação dos recursos, despesas com pessoal e a dívida e seus limites. Sugere-se acompanhamento e avaliação de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão.

▪ **Responsabilidade:** Irregularidades são penalizadas segundo determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de outros diplomas legais contemplados nessa lei. Dentre as punições está o prejuízo e suspensão das transferências voluntárias, as garantias e a contratação de operação de crédito, inclusas nas antecipações de Receitas orçamentárias. Cada município deve ter sua lei própria, visto a autonomia administrativa que lhes garante a Constituição Federal, legislação complementar a lei federal.

Elencam-se séries de melhorias na Gestão pública que devem ser realizadas:

▪ Realização de reuniões abertas ao público;

1 <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/229/VERS%C3%83O%20P%C3%93S%20BANCA%20-%20Tiago%20Botan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Casp) e (Nbc Tsp)

FINALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL

► Usuários, prestação de contas e decisões sobre recursos públicos

A Estrutura Conceitual das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público organiza a lógica que sustenta o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das informações contábeis das entidades públicas. Seu ponto de partida é a utilidade da informação para usuários que precisam avaliar como recursos públicos foram obtidos, administrados e empregados. Isso inclui cidadãos, órgãos de controle, Poder Legislativo, credores, financiadores, gestores e outras partes interessadas que nem sempre conseguem exigir relatórios elaborados sob medida. Por essa razão, a informação contábil de propósito geral precisa retratar de forma coerente a situação patrimonial, o desempenho, os fluxos de caixa, a execução orçamentária e outros aspectos relevantes da atuação estatal. A contabilidade pública deixa de ser compreendida apenas como mecanismo de acompanhamento do orçamento e passa a oferecer uma visão mais ampla sobre bens, direitos, obrigações, custos, riscos e capacidade de prestação de serviços.

Responsabilização e avaliação da capacidade de serviço

A prestação de contas envolve demonstrar se a entidade utilizou os recursos de acordo com as finalidades autorizadas e se preservou condições para continuar entregando serviços públicos. Uma prefeitura que recebe equipamentos hospitalares por doação, por exemplo, não pode limitar-se a registrar que não houve desembolso orçamentário. O ingresso altera o patrimônio, aumenta a capacidade operacional e pode gerar efeitos posteriores, como depreciação, manutenção e eventual redução ao valor recuperável. O registro contábil adequado permite acompanhar esses efeitos mesmo quando não existe uma receita orçamentária correspondente. Essa separação entre fenômenos patrimoniais e orçamentários é central para interpretar a realidade econômica do setor público sem perder o vínculo com os instrumentos de planejamento e execução fiscal.

► Características qualitativas da informação

A utilidade da informação depende de atributos que orientam sua preparação e interpretação. Relevância significa que o dado é capaz de influenciar avaliações ou decisões; representação fidedigna exige que os fenômenos sejam retratados de maneira completa, neutra e sem erro material; compreensibilidade requer apresentação inteligível para usuários com conhecimento razoável das atividades públicas; tempestividade pressupõe disponibilidade em momento útil; comparabilidade favorece análises entre períodos ou entidades; e verificabilidade permite que observadores bem informados alcancem consenso sobre a forma de representar determinado fenômeno. Esses atributos operam em conjunto. A divulgação rápida de um valor mal mensurado, por exemplo, não produz informação de qualidade, assim como uma mensuração tecnicamente robusta divulgada tarde demais pode perder parte de sua utilidade.

A tabela relaciona objetivos informacionais, usuários e decisões típicas, evidenciando por que a Estrutura Conceitual não reduz a contabilidade pública à execução de receitas e despesas.

Objetivo informacional	Usuário predominante	Questão apoiada pela informação
Prestação de contas	sociedade e órgãos de controle	os recursos foram administrados de modo responsável e compatível com as finalidades públicas?
Situação patrimonial	gestores, credores e Legislativo	a entidade possui recursos e obrigações compatíveis com a continuidade dos serviços?
Desempenho e custos	gestores e sociedade	quais efeitos patrimoniais decorrem das atividades e políticas executadas?

**NATUREZA ECONÔMICA DAS PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL****► Vínculo patrimonial e direitos decorrentes****Participação como relação societária**

Uma participação societária representa a parcela que uma entidade detém no capital de outra sociedade. Esse vínculo cria exposição aos efeitos econômicos da investida e pode conferir direitos de natureza patrimonial, política ou ambos. O investimento não deve ser interpretado apenas pelo valor desembolsado na aquisição. A análise também considera o conjunto de prerrogativas associado às ações, quotas ou instrumentos equivalentes, porque esses direitos determinam o grau de envolvimento do investidor com as decisões e com os resultados da sociedade investida.

O direito patrimonial aparece na expectativa de receber distribuições, participar de aumentos ou reduções de capital e obter parcela do patrimônio residual em situações admitidas juridicamente. Já os direitos políticos podem envolver voto, indicação de administradores ou participação em órgãos deliberativos. A existência de um percentual de capital, isoladamente, não descreve toda a relação. Duas participações de tamanho semelhante podem produzir efeitos distintos quando uma delas vem acompanhada de acordo de voto, presença em conselho ou direitos especiais e a outra permanece passiva.

Direitos econômicos e políticos

A identificação dos direitos efetivamente exercíveis é importante para distinguir uma aplicação puramente patrimonial de uma posição com influência ou poder decisório. Direitos formalmente previstos, mas sem capacidade prática de alterar decisões relevantes, têm peso diferente daqueles que permitem ao investidor participar da condução da investida. Também é necessário separar direitos protetivos, destinados a resguardar o investimento em situações excepcionais, de direitos que permitem dirigir ou influenciar atividades ordinárias.

A comparação abaixo evidencia como diferentes finalidades podem coexistir em participações societárias e por que o exame do vínculo não se limita ao tamanho da posição.

Finalidade predominante	Grau de envolvimento	Direitos observáveis	Efeito gerencial típico
Aplicação patrimonial	Baixo	Direitos econômicos sem atuação decisória relevante	Acompanhamento do retorno e da liquidez
Relação estratégica	Intermediário	Participação em decisões ou órgãos de governança	Coordenação de interesses empresariais
Integração empresarial	Elevado	Poder de dirigir atividades relevantes	Condução das políticas da investida

A tabela mostra que a finalidade econômica ajuda a interpretar os direitos existentes, mas não substitui a análise jurídica e factual. Uma indústria que adquira participação minoritária em uma empresa de logística apenas para diversificar suas aplicações pode receber dividendos e acompanhar o desempenho da investida sem participar das decisões operacionais. Se, posteriormente, obtiver assento em órgão decisório e passar a influenciar políticas comerciais, a substância do vínculo muda, ainda que a participação financeira não sofra alteração expressiva.



LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária; (Regulamento)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:



ARQUITETURA DE INTEGRAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS REGISTROS

► Sistemas originadores e recepção contábil

A integração entre aplicações públicas começa pela identificação de onde nasce cada evento administrativo e de onde ele passa a produzir efeito contábil, orçamentário ou financeiro. Sistemas de compras, orçamento, arrecadação, folha, patrimônio, contratos e tesouraria registram fatos com finalidades próprias, enquanto o ambiente contábil precisa recebê-los com classificação, valor, data, unidade responsável e identificadores suficientes para representar o mesmo evento sem perda de significado. Na administração pública federal, sistemas estruturantes como SIAFI, SIOP e SIAPE ilustram a existência de domínios especializados que precisam trocar dados de forma coordenada, embora a arquitetura concreta varie conforme o ente e a organização.

Evento de negócio, identificadores e transformação

Um fluxo integrado deve transportar mais que valores monetários. Ele precisa manter a relação entre o documento de origem, a etapa do processo, o responsável, a unidade administrativa e o registro de destino. Considere a aquisição de equipamentos: a solicitação surge em um sistema de compras, a disponibilidade é tratada no domínio orçamentário, a obrigação passa pelo processamento financeiro e o bem ingressa no controle patrimonial. A contabilidade precisa reconhecer cada reflexo no momento adequado. Se cada aplicação gerar um identificador sem chave de correlação, torna-se difícil demonstrar que os registros pertencem ao mesmo processo. Por isso, mapeamentos de campos e regras de transformação devem preservar identidade, semântica e granularidade.

► Formas de intercâmbio e contratos de dados

Latência, acoplamento e recuperação

As aplicações podem trocar dados por chamadas síncronas, mensageria assíncrona, lotes periódicos ou arquivos controlados. A escolha depende da urgência do evento, do volume, da tolerância à indisponibilidade e da capacidade de reprocessamento. Uma consulta de saldo antes de assumir um compromisso pode exigir resposta imediata; já um conjunto volumoso de movimentos patrimoniais pode ser enviado em lote. O contrato de dados estabelece campos, tipos, obrigatoriedade, códigos aceitos e comportamento diante de erro. Sem esse acordo, pequenas mudanças de leiaute podem produzir interpretações distintas entre origem e destino.

A comparação das modalidades de intercâmbio ajuda a relacionar desenho técnico e necessidade contábil.

Modalidade	Latência típica	Acoplamento	Tratamento de falha	Adequação de volume
Chamada síncrona	Imediata	Maior dependência entre aplicações	Retorno direto de erro e nova tentativa controlada	Melhor para operações pontuais
Mensageria assíncrona	Baixa a moderada	Menor dependência temporal	Fila, confirmação e reprocessamento	Adequada a fluxo contínuo
Lote periódico	Dependente da janela	Baixo durante a execução local	Rejeição parcial ou total do lote	Adequada a grandes conjuntos
Arquivo controlado	Dependente do envio	Baixo, porém sensível ao leiaute	Validação de estrutura e protocolo de recebimento	Útil em integrações legadas



FUNDAMENTOS, CONCEITOS E PADRÕES DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público estabelece diretrizes para a geração e utilização de informações de custos pelas entidades do setor público. A preocupação central da norma não se limita a descobrir quanto determinada entidade gastou. O propósito é produzir informações capazes de demonstrar quanto custam bens, serviços, programas, projetos, atividades e demais objetos de interesse da administração, possibilitando relacionar os recursos consumidos aos resultados produzidos. A informação de custos torna-se, assim, instrumento de gestão, planejamento, controle, avaliação e tomada de decisão.

Um ponto fundamental é distinguir gasto, desembolso, despesa e custo. No setor público, a execução orçamentária informa quanto foi autorizado e executado segundo as classificações próprias do orçamento, enquanto a contabilidade patrimonial evidencia fatos conforme seus efeitos sobre ativos, passivos e patrimônio. O custo, por sua vez, está associado aos recursos efetivamente consumidos para produzir determinado bem ou prestar determinado serviço. Por isso, pagamento não é sinônimo de custo. A aquisição de um equipamento, por exemplo, pode produzir desembolso em determinado momento, enquanto seu consumo econômico é reconhecido ao longo do período de utilização, por meio da depreciação, conforme os critérios contábeis aplicáveis.

A informação de custos deve ser construída de maneira compatível com sua finalidade. Antes de calcular custos, a entidade precisa definir o que deseja conhecer e para qual decisão utilizará a informação. Pode ser necessário conhecer o custo de uma unidade administrativa, de determinado serviço, de um programa ou de uma atividade. O nível de detalhamento deve ser suficiente para atender à necessidade gerencial sem criar um sistema excessivamente complexo e oneroso. Quanto maior a granularidade pretendida, maiores tendem a ser as exigências de coleta, tratamento e manutenção dos dados.

Os chamados objetos de custos são os elementos cujo custo se pretende mensurar, analisar ou acompanhar. Um objeto pode ser um serviço, produto, programa, projeto, atividade, processo, unidade organizacional ou qualquer outra entidade para a qual seja útil conhecer os recursos consumidos. Em uma organização pública de saúde, por exemplo, determinado atendimento ou unidade pode ser definido como objeto de custos. Em uma instituição educacional, uma unidade escolar ou determinado serviço de apoio pode constituir objeto de análise. A escolha depende da finalidade gerencial.

A identificação correta do objeto é indispensável porque um mesmo recurso pode ser analisado de maneiras diferentes. O salário de determinado servidor pode ser diretamente relacionado a uma unidade organizacional, mas, dependendo do objeto analisado, pode exigir algum procedimento de atribuição. Assim, a classificação do custo não é uma característica absoluta do recurso. Ela depende da relação entre o recurso consumido e o objeto de custos definido.

A informação de custos também precisa apresentar qualidade suficiente para sustentar decisões. Consistência metodológica, rastreabilidade dos dados, critérios de mensuração adequados e documentação das premissas são importantes para permitir interpretação e comparação. Uma redução aparente de custos pode decorrer de alteração metodológica, transferência de atividades entre unidades ou mudança na quantidade e qualidade dos serviços. Por isso, números de custos devem ser acompanhados de informações que expliquem sua formação.

A NBC TSP 34 insere a gestão de custos em uma perspectiva mais ampla de responsabilidade na utilização dos recursos públicos. Conhecer custos permite compreender como os recursos são consumidos e relacioná-los às entregas realizadas. Entretanto, custo isoladamente não mede qualidade, efetividade ou valor público. A informação torna-se mais útil quando analisada juntamente com volume de serviços, resultados, indicadores de desempenho e características da população atendida.



Noções de Direito Administrativo

Os poderes da Administração Pública são prerrogativas conferidas pelo ordenamento jurídico aos órgãos, entidades e agentes administrativos para que possam realizar o interesse público. Eles não existem como privilégios pessoais do administrador, mas como instrumentos funcionais destinados a permitir que a Administração organize sua estrutura, discipline condutas, regulamente a execução das leis, fiscalize atividades privadas e limite direitos individuais quando necessário à proteção da coletividade.

No Direito Administrativo, a palavra “poder” deve ser compreendida em sentido técnico. Trata-se de uma competência vinculada à finalidade pública. Por isso, o agente público não pode utilizar essas prerrogativas conforme interesses pessoais, políticos ou arbitrários. Sempre que exerce um poder administrativo, a Administração deve agir com fundamento legal, finalidade legítima, proporcionalidade, razoabilidade, motivação adequada e respeito aos direitos dos administrados.

► Poder administrativo e poder político

Diferença entre direção estatal e execução administrativa

O poder político está relacionado às grandes decisões de governo, à formulação de políticas públicas, à condução institucional do Estado e à definição de diretrizes gerais. Já o poder administrativo está ligado à execução concreta dessas finalidades, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição, pelas leis e pelos princípios administrativos.

Assim, quando o Estado define uma política pública de saúde, educação ou segurança, atua em dimensão político-institucional. Quando a Administração organiza servidores, fiscaliza estabelecimentos, aplica sanções administrativas, edita regulamentos ou concede licenças, exerce poderes administrativos. Essa distinção é importante porque os poderes administrativos são mais diretamente controláveis quanto à legalidade, finalidade e adequação ao interesse público.

► Natureza instrumental e obrigatória dos poderes administrativos

Poder-dever de agir

Os poderes administrativos possuem natureza instrumental, pois servem à realização de uma finalidade pública. Além disso, muitas vezes são verdadeiros poderes-deveres. Isso significa que, diante de uma situação legalmente prevista, a Administração não apenas pode agir, mas deve agir. Se há infração funcional, deve apurar. Se há risco à coletividade, deve fiscalizar. Se há necessidade de organizar a atuação interna, deve exercer direção e controle.

Essa lógica impede a omissão administrativa injustificada. O agente público não é titular de uma faculdade privada, mas de uma competência pública. Por isso, a inércia, o favorecimento, a perseguição ou o uso inadequado desses poderes podem configurar ilegalidade e gerar responsabilização.

► Limites gerais ao exercício dos poderes administrativos

Legalidade, finalidade e proporcionalidade

O exercício dos poderes administrativos encontra limites na legalidade, na finalidade pública, na moralidade, na proporcionalidade, na razoabilidade e no controle. Ainda que a Administração disponha de prerrogativas especiais, nenhuma delas autoriza atuação abusiva. O poder administrativo somente é legítimo quando utilizado para cumprir a finalidade prevista em lei e preservar o interesse público sem sacrificar direitos de modo desnecessário ou excessivo.



Conhecimentos Regionais de Santa Catarina

HISTÓRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA¹

► Povos originários e ocupação pré-colonial

Antes da chegada dos europeus, o território que hoje corresponde ao estado de Santa Catarina era habitado por diversos povos indígenas, com destaque para as etnias Kaingang, Xokleng e Guarani. Esses grupos possuíam formas próprias de organização social, econômica e cultural, baseadas na caça, pesca, coleta e agricultura rudimentar.

A presença indígena é fundamental para compreender a formação inicial do território, uma vez que muitos caminhos, práticas e conhecimentos foram posteriormente apropriados pelos colonizadores.

Ocupação indígena no estado



► Chegada dos europeus e início da colonização

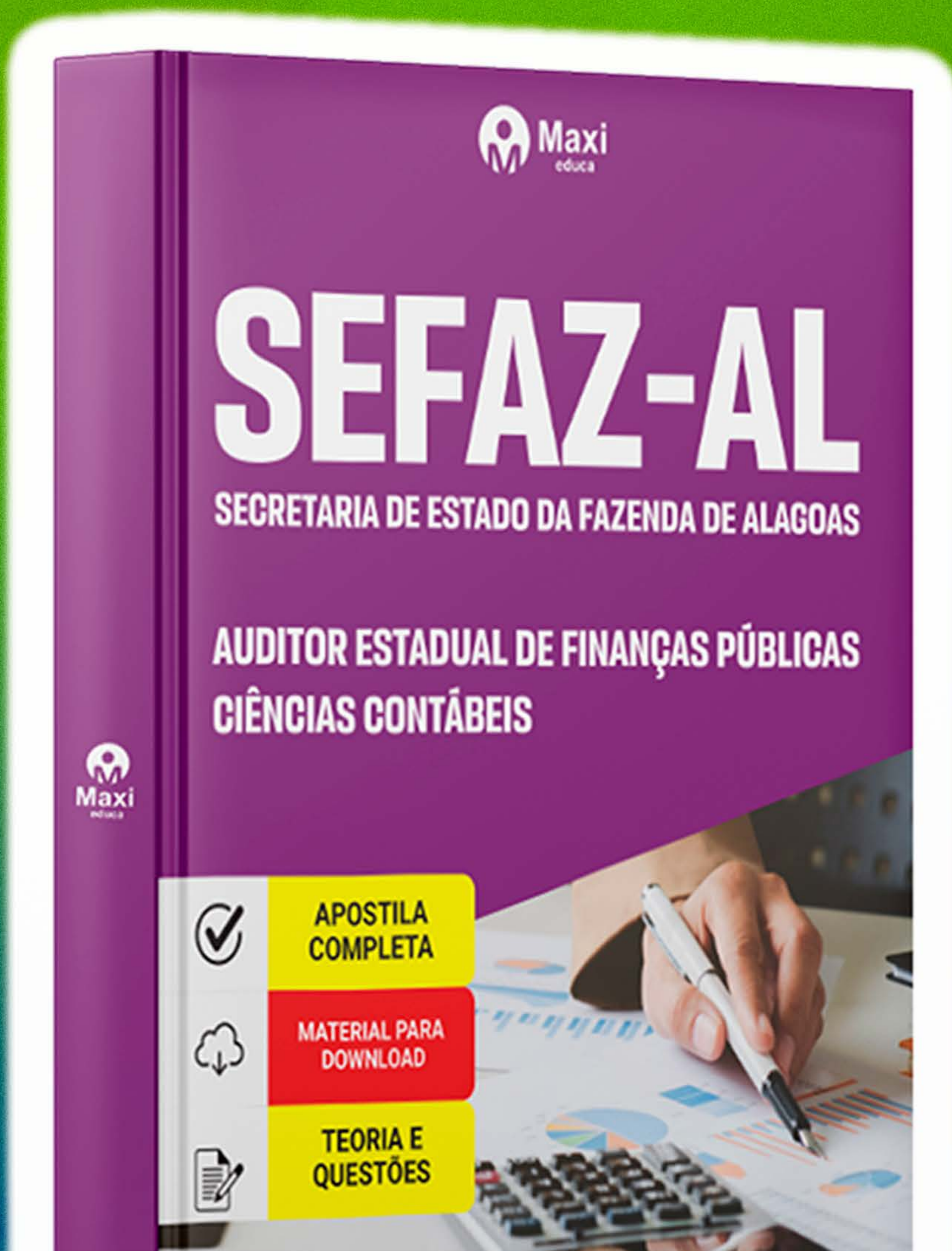
O contato com os europeus teve início no século XVI, quando navegadores portugueses e espanhóis passaram pela região. No entanto, a ocupação efetiva começou apenas no século XVII, com a fundação de povoados estratégicos como São Francisco do Sul e Laguna.

No século XVIII, a Coroa Portuguesa incentivou a imigração de açorianos para o litoral catarinense. Esses colonos desempenharam papel central na consolidação da ocupação, introduzindo práticas agrícolas, religiosas e culturais que ainda hoje marcam a identidade do estado.

► Expansão para o interior e formação de núcleos urbanos

A interiorização do território ocorreu principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação de núcleos como Lages, que tinham função estratégica de ligação entre o Sul e o Sudeste do Brasil.

¹ <http://www.sc.gov.br/>; <https://www.sc.gov.br/conhecasc/economia>



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!